
São Paulo

Tantas confusões, recuos e compromissos na elaboração do novo texto constitucional talvez revelem, antes de tudo, um vazio de poder essencial. Não há, no Congresso constituinte, um grupo de opinião com hegemonia suficiente para deixar prever qual o espírito básico da nova ordem política. Procedimentos paternalistas e ultra-liberais se alternam em cada artigo, todos os tipos de parlamentarismo se fazem e desfazem, tudo se alterna com outra coisa, e a impressão que se tem até aqui dos esboços apresentados é que foram feitos por qualquer pessoa e por ninguém.

Sem dúvida, isto se deve em parte ao caráter preliminar dos documentos; o substitutivo ainda está para ser votado, e a vontade política geral pode, pelo menos, extinguir o tom de capricho impressionista que ressalta das versões iniciais.

Mas o problema é um pouco mais grave. Tudo parece conduzir à conclusão de que, de certo modo, a idéia de uma Assembléia Nacional Constituinte tinha mais peso do que a consciência do que fazer com ela. No

momento das eleições para o Congresso, temas como o parlamentarismo sequer foram discutidos; mesmo um partido mais organizado, como o PT, ainda agora reavalia o assunto. Cada representante da população parece elaborar a Carta conforme suas próprias, misteriosas ou inexistentes convicções.

Havia, evidentemente, a certeza de que era preciso reorganizar institucionalmente o país; mas a bandeira da Constituinte, que inicialmente era uma forma cifrada de reivindicar o fim do regime autoritário, parecia capaz por si só de trazer a solução para o futuro. Na verdade, abre inúmeras soluções e inúmeros problemas, todos ao mesmo tempo. E, do esforço de reivindicar uma coisa à necessidade de decidir o que vai substituí-la há uma grande distância; mas todos parecem atônitos no meio do caminho.

Marcelo Coelho

De volta ao Colégio

Não é para valer a proposta de parlamentarismo "puro" que, na undécima hora, o relator Bernardo Cabral inseriu em seu projeto de Constituição. Não há, praticamente, quem defenda essa alternativa —nem mesmo o autor do projeto. A atitude de Cabral —consequência da falta de acordo entre parlamentaristas e presidencialistas— expressa na verdade a tática de radicalizar uma das opções possíveis para se chegar ao "meio termo" tão tradicional na política brasileira. Ou seja, a implantação "gradual" do novo sistema, preservando o interesse do presidente Sarney de completar cinco anos de mandato efetivo.

O que se prepara, como estratégia para o embate na Comissão de Sistematização, é uma manobra típica do movimento estudantil, idealizada pelo deputado Cid Carvalho, o mais sarneyzista dos parlamentaristas. Num primeira votação, a do sistema de governo, os parlamentaristas, majoritários, fazem aprovar sua proposta. Os "gradualistas" busariam então o voto dos presidencialistas para, nas disposições transitórias, garantir seis anos para Sarney, adiando a implantação do novo sistema para o último ano de seu mandato.

A estratégia de Cabral comporta porém um sério risco. Ao eliminar, na prática, a

Brasília

eleição direta para presidente (limitada a um primeiro turno não decisivo), o substitutivo Cabral-2 abre flancos para a ofensiva de Sarney. Ironicamente, o homem que, como presidente do PDS, liderou a resistência à campanha das diretas em 1984 se vê agora à vontade para desfraldar essa bandeira na recém-lançada cruzada antiparlamentarista —lado a lado, outra ironia, com seu arquiinimigo Leonel Brizola (este, por sua vez, alvejado pessoalmente pelo casuísmo do segundo turno, que só existe para barrar seu acesso ao poder em caso de vitória no voto direto).

Evidentemente, não é cômoda a situação de Sarney. Derrotado nessa questão, ele sairá da Constituinte muito enfraquecido, mesmo que o "gradualismo" lhe garanta mais um ou dois anos como chefe do governo. Não são menores, porém, os problemas dos parlamentaristas —sobretudo daqueles que subiram aos palanques pelas diretas e agora têm de explicar por que defendem a concentração do poder num Parlamento que em nada difere do antigo Colégio Eleitoral.